

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE PALMAS-TO.

¹ SILVA, S. A. C.;

¹ SILVA, E. A.;

¹ MUNIZ, V. M. P.;

² LIMA, L. L.;

³ SANTOS, D. A.;

LEAL, J. E. C.

¹ Graduando em Agronegócio – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: eduardoalves.go@gmail.com, victor.munizp@icloud.com, sarah.airis2012@hotmail.com

² Graduanda em Gestão do Turismo – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: lanessatur@gmail.com

³ Gestora em Agronegócio – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: danyalvesagro@gmail.com

⁴ Professor de Gestão Administrativa – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas. E-mail: eustaquio@ifto.edu.br

Resumo: O presente trabalho teve como problema de pesquisa verificar o êxito do Programa Nacional de Alimentação Escolar quanto à obrigatoriedade da aquisição da agricultura familiar nas escolas do município de Palmas, verificando como é executado no âmbito regional, com suas potencialidades e desafios. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, com questionários direcionados aos servidores que são responsáveis pelo PNAE dentro das unidades escolares e também aplicados no setor responsável pelos procedimentos licitatórios na Secretaria Municipal de Educação de Palmas. Revelando que o município de Palmas tem êxito em sua execução, conseguindo atingir o percentual determinado na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e satisfatória quanto à participação da agricultura familiar. Concluiu-se que há melhorias a serem realizadas quanto às aquisições da agricultura familiar dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Palmas, tais mudanças facilitariam as aquisições e como consequência aumentariam a rentabilidade no meio rural.

Palavras-chave: alimentação, agricultura familiar, educação, PNAE, rede pública de ensino,

Introdução

O contexto histórico, político e administrativo diversificado do Brasil, faz com que existam divergências, quando se trata de acesso a serviços públicos de educação, renda e demais recursos. Enfim o cenário de desigualdade social é predominante, dentre outros desafios socioeconômicos a serem superados. Portanto tais características ressaltam a necessidade de complementação de diferentes estratégias de fomento ao desenvolvimento regional. Estes esforços têm ocorrido em todo o território nacional e na maioria das ações, têm o estado como interveniente e executor de tais estratégias.

O modelo predominante está moldado em uma formatação de políticas públicas, às quais, de fato, são mais adotadas pelos mesmos. As políticas, portanto, são estabelecidas pelos governos, seja em nível federal, integrado com estadual e/ou mesmo municipal. Assim podem introduzir ou estabelecer ações de redução das desigualdades econômicas e sociais em todas as regiões do país.

As políticas públicas estão concentradas na promoção da saúde, educação e cultura, mas também ao acesso a renda no meio rural para o agronegócio familiar.

“O setor mais importante da economia nacional brasileira é o agronegócio representando em torno de um terço do PIB brasileiro. O Brasil é um país com grandes perspectivas satisfatórias para o agronegócio, em face de suas características e diversidades, tanto de clima quanto de solo, possuindo ainda áreas agricultáveis altamente férteis e ainda inexploradas” ... (BACHA, 2000 apud PACHECO, *et al.* 2012).

Portanto, nota-se a indiscutível contribuição à economia brasileira, pois o agronegócio é uma das atividades com elevado potencial de geração de renda e desenvolvimento. Contudo para que tais benefícios sejam efetivamente observados, torna-se vital que agentes públicos, produtores e pesquisadores estejam totalmente integrados, criando uma ideia de cooperação em redes, a fim de que se prevaleçam relações de transparência entre atores econômicos e sociais. Enfim todos poderiam estimular a percepção clara de suas atribuições, e isso conseqüentemente elevaria indiretamente o nível de comprometimento. Pois a meta a ser alcançada neste caso seria o equilíbrio entre a eficiência e eficácia nas diferentes cadeias produtivas:

A dinâmica das cadeias de produção traz uma série de vantagens ao produtor, de modo que os principais objetivos do desenvolvimento do processo produtivo em cadeia são: redução de custos, ganhos em competitividade de preços, elevação do nível de qualidade dos produtos, maior rapidez na produção, diferenciação dos produtos, maior agregação de valor, desenvolvimento de procedimentos voltados à sustentabilidade e inserção das atividades agropecuárias no mercado globalizado. (VIANA e FERRAS, 2007)

Políticas públicas como o PNAE se fundamentam com um objetivo central, no entanto, com o passar das reformulações são agregadas ações que abrangem terceiros totalmente distintos dos beneficiários originários, como acontece desde o ano de 2009, com a obrigatoriedade da aquisição de produtos de pequenos agricultores da região. A aquisição de produtos visam melhores valores nutricionais na preparação da merenda escolar o que conseqüentemente contribui para o desenvolvimento local.

Dentro do contexto anteriormente referido, será investigada nesta pesquisa a efetividade da participação de agricultores familiares de Palmas - TO, em uma política pública macro (Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE), com as necessidades da rede pública municipal de ensino.

Metodologia

Em concordância com os objetivos propostos por essa pesquisa e que se obtenham dados que demonstrem como é a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas do município de Palmas, à participação da agricultura familiar remete a importância dos métodos de pesquisa empregados, conforme cita (Prodanov e Freitas, 2013):

Esses métodos esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Em busca de informações realizou-se a pesquisa de campo através da aplicação de questionários aos envolvidos diretamente com o programa: Coordenadores Administrativo/Financeiro os responsáveis pela elaboração do processo de Chamada Pública, cabendo-os à decisão de quais produtos a serem adquiridos, as quantidades, e a efetivação de pagamentos aos fornecedores da agricultura familiar. Na entidade responsável, a Secretaria Municipal de Educação de Palmas – SEMED, os questionários foram direcionados ao setor de Licitações que possui as atribuições de corrigir e direcionar os processos de Chamada Pública, compete a divulgação, publicação dos tramites processuais e o repasse de informações ao FNDE sobre a empregabilidade dos recursos do PNAE. Aplicação dos questionários foram definidas por amostragem.

Em 2017, segundo dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (INEP), coletadas por meio do Censo Escolar, os números de escolas com dependência administrativa municipal totalizam 44 unidades, sendo que 4 localizam –se no meio rural. Ainda de acordo informações no site da Prefeitura Municipal (2018), as demais são distribuídas da seguinte maneira: 11 unidades na Região Norte, 11 unidades na Região Central e 18 unidades na Região Sul do município de Palmas.

Dados acima citados foi referência para a definição da amostragem em 20%. Aos Coordenadores das Unidades Escolares, foi aplicado um questionário semiestruturado, com 12

questões de múltipla escolha, sendo a definição lógica dos participantes fundamentada na localidade da unidade escolar e do seu atendimento parcial ou integral a fim de contextualizar realidades diferentes.

Quanto ao primeiro item não foi alcançado, devido a não disponibilidade dos servidores das unidades da região norte, sendo aplicada a pesquisa em conformidade a Tabela 1.

Tabela 1- Quantificação de questionários as Unidades Escolares quanto á região, atendimento.

Região	Norte	Central	Sul	Rural	Total
Atendimento Integral	-	01	03	01	05
Atendimento Parcial	-	02	02	00	04
Total	-	03	05	01	09

Na entidade gestora, a Secretaria Municipal de Educação de Palmas, os questionários foram aplicados aos técnicos responsáveis que possuem contato com as unidades escolares e agricultores familiares nos tramites dos processos burocráticos e auxiliando a execução da legislação vigente do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Atualmente o setor é composto por 3 (três) servidores e é localizado junto ao Jurídico da SEMED, por sua composição ser pequena, foi utilizado o mesmo percentual da anterior, 20%. As 9 (nove) questões bem diretas, considerando que o Programa acontece nas unidades escolares e meramente para uma melhor explanação da temática.

Os questionários foram enviados por e-mail aos pesquisados, por meio da Google Formulários, devido a sua facilidade e versatilidade em já apresentar os resultados graficamente, bem como facilitar ao servidor pesquisado responder as questões conforme a sua disponibilidade.

“A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Uso da pesquisa bibliográfica pra que haja embasamento e compreensão dos dados adquiridos ou sua complementação.

Além da utilização dos questionários aplicados a fim de atender os objetivos propostos, houve a observação para a melhor compreensão dos eventos.

Os dados obtidos foram tabulados e representados graficamente, para a otimização na explanação dos resultados que serão alcançados. Quanto à natureza da pesquisa, foi descritiva, pois conforme explana TRIVIÑOS, 1987 aput GERHARDT e SILVEIRA, 2009 “[...] exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Houve solicitação feita à da entidade Gestora Secretaria Municipal de Educação de Palmas, a qual prontamente autorizou a realização da pesquisa com seus servidores.

Resultados e Discussão

A gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE pode ser feita de várias formas: descentralizada, centralizada, mista e terceirizada.

No município de Palmas a gestão é feita de forma descentralizada, logo as aquisições são realizadas pela Unidade Escolar, desde a escolha dos produtos e quantidades que estarão no processo, qual compete à elaboração da Chamada Pública e todos os trâmites que sucedem, como a supervisão, orientação e deliberação da entidade gestora por meio da Secretaria Municipal de Educação de Palmas-SEMED.

Nos municípios brasileiros a gestão do programa é realizada predominantemente de maneira centralizada, conforme aponta a Tabela 2.

Tabela 2- Tipos de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE nos municípios brasileiros.

Caracterização dos municípios do Brasil: Tipos de Gestão do PNAE		
Gestão	Número	%
Centralizada	4.756	92,0
Descentralizada	146	2,8
Mista	149	2,9
Terceirizada	117	2,3

Fonte: Machado (2013)

Há grande valor em se ter uma gestão descentralizada de um Programa Macro, é que cada peculiaridade pode ser administrada e observada de perto, bem como as necessidades, e

quando se trata de recursos do emprego se maximiza a fim de alcançar os objetivos pretendidos com eficiência e eficácia.

Outro ponto relevante no quesito gestão descentralizada ao município de Palmas – TO, que devido à distribuição das unidades escolares nas mais diversas regiões entre o meio urbano e rural, as aquisições de produtos alimentos podem ser realizadas em empreendimentos dentro dessas zonas e assim gerando renda e emprego na localidade.

Os repasses financeiros do PNAE são instituídos por meio da União, e em 2018 ficaram estabelecidos os seguintes valores por aluno matriculado, variando a modalidade de ensino por dia letivo, em concordância com a Tabela 3.

Tabela 3 - Valor unitário repassado pela União por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Valor unitário repassado pela União por meio do PNAE a Estados e Municípios	
Atendimento	Valor por aluno 2018
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno	R\$ 0,53

Fonte: FNDE (2018)

Os valores de referência por aluno do repasse de complementação por parte município de Palmas as unidades escolares levando em consideração o tipo de atendimento que é ofertado pela mesma, apontado na Tabela 4.

Tabela 4- Valor unitário repassado pelo município de Palmas por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Valor unitário repassado pelo Município por meio do PNAE de Palmas as Unidades Escolares			
Atendimento	Valor por aluno 2016	Valor por aluno 2017	Valor por aluno 2018
Pré-escola	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Ensino fundamental	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Ensino integral	R\$ 1,10	R\$ 1,10	R\$ 1,37
Atendimento Educacional Especializado	R\$ 0,15	R\$ 0,15	R\$ 0,18
Mais Educação	R\$ 1,05	-	-

Fonte: Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.437.

Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.636.

Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.971.

Os valores por município variam de acordo com o Orçamento Municipal, ressaltando a importância do repasse da União aos Estados e Municípios pelo Programa, sendo um meio de tornar-se igualitário ou próximo a isso e buscando a qualidade da alimentação escolar a todos os alunos da rede pública de ensino do Brasil.

A previsão recursos destinados ao PNAE, para rede pública municipal no ano de 2018 é disponibilizada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.971 na PORTARIA/GAB/SEMED Nº 0255. O montante total (União e Município) de todo o atendimento são de R\$ 7.387.876,00 (sete milhões trezentos oitenta sete mil oitocentos setenta seis reais), levando em consideração os 27.919 (vinte sete mil novecentos dezenove) alunos contabilizados no Censo Escolar do ano anterior, ressaltando que os alunos da educação infantil não entram nesse contexto, quantificando tais valores na Tabela 5.

Tabela 5- Valor global repassado pela União/Município por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Valores globais repassados pela União e Município por meio do PNAE as Unidades Escolares de Palmas – TO			
Responsabilidade do	Valor por aluno 2016	Valor por aluno 2017	Valor por aluno 2018
Repasse			

União	R\$ 3.977.000,00	R\$ 3.077.620,00	R\$ 3.436.404,00
Município	R\$ 4.798.170,00	R\$ 3.454.290,00	R\$ 3.951.472,00
Total	R\$ 8.775.170,00	R\$6.531.910,00	R\$ 7.387.876,00

Fonte: Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.437.

Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.636.

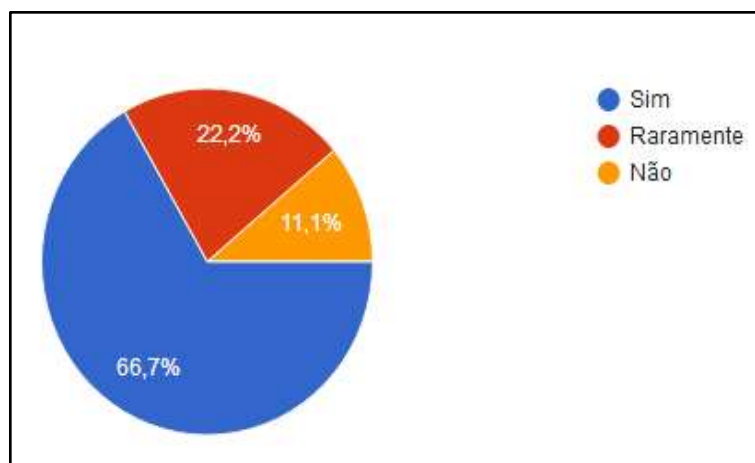
Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.971.

Os valores supracitados são para total compreensão e comparação posteriormente do que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Palmas.

Condizente com a legislação vigente, as aquisições do Programa devem ser harmônicas com a Lei 8.666/93, que regula as licitações e contratos da Administração Pública. Neste enquadramento tais processos são elaborados e executados pela Unidade Escolar com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação de Palmas, devido à gestão descentralizada adotada pelo município. Logo a escolha de quantos procedimentos licitatórios serão realizados ao longo do ano e razão da necessidade da Unidade Escolar, em sua maioria são elaborados no primeiro trimestre do ano letivo em conformidade com o cardápio vigente disponibilizado pela SEMED.

As unidades escolares quando questionadas pela efetivação do cardápio, sendo um dos requisitos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e criado para o ano letivo com a composição definida por uma nutricionista, modificando-se em razão da faixa etária e atendimento que é ofertado, e conforme as determinações do PNAE, logo 66,7% da amostra diz que “sim” logo segue fielmente o cardápio, e 22,2% “raramente” e “não” 11,1% das unidades, representa-se tais afirmações no Gráfico 1.

Gráfico 1- Efetivação do cardápio base para a alimentação escolar no Município de Palmas.



Os dados apresentados sobre o PNAE no município tem a finalidade de agregar e construir uma compreensão e análise de um Programa com diretrizes nacionais dentro do contexto regional, respeitando suas peculiaridades.

Conclusões

O intuito deste trabalho foi buscar o entendimento quanto à obrigatoriedade que as entidades contempladas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE possuem em adquirir 30% dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em produtos da agricultura familiar no âmbito das Escolas Municipais de Palmas - TO.

O município de Palmas atualmente é efetivo quanto ao mínimo percentual determinado pela LEI Nº 11.947/2009, bem organizado quanto à execução, divisão de atribuições quanto ao molde que é adotado a “descentralização”. Por constituir-se de um Programa de âmbito nacional, algumas atualizações e adequações em relação à logística e interação entre demandantes e fornecedores além de parcerias devem ser complementadas dentro do contexto municipal para uma eficiente execução, tais mudanças que no dia- a- dia das unidades escolares seriam imprescindíveis para o fornecimento de alimentação escolar de qualidade.

O primeiro ponto evidente a ser é a falta de informação aos agricultores familiares sobre o PNAE, o que em um baixo número de agricultores familiares que fornecem/participam da Chamada Pública nas unidades escolares. Ao elevar esse quantitativo consequentemente minimizaria os problemas demandas de acordo com necessidade e com pontualidade que são dificuldades denotadas.

O quantitativo de agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão do Pronaf -DAP no município de Palmas encaixando aos critérios do Programa Nacional de Alimentação Escolar é alto, portanto há primordialidade de sincronizar ambos e o transito de informações carecem de se desenrolar e atingir o público- alvo, o acesso às informações dos processos para venda de produtos por meio do PNAE deve ser facilitado, seja por intermédio de eventos, capacitações juntamente com outras instituições governais e na própria unidade escolar, identificando-os e engajando-os a essa produção e comercialização.

Consequentemente com o aumento da adesão de agricultores ampliará o percentual de aquisições da agricultura familiar como já ocorre em outras capitais brasileiras, assim gerará

renda, emprego e desenvolvimento ao meio rural do município de Palmas, o que logo facilitará para as Unidades Escolares a execução do PNAE, pois mais fornecedores poderão resultar em variedade, qualidade e atingirá o propósito da legislação de 2009 e ainda o aumento competitividade entres os fornecedores, enfim estimular quantitativa e qualitativamente tal fomento, sobretudo a cadeia produtiva.

Instiga – se que a partir desses dados, surjam outras vertentes voltadas ao contexto da individualização da Agricultura Familiar dentro Programa Nacional de Alimentação Escolar, a fim de entender as necessidades e anseios dos beneficiados já que há a demanda e garantia de uma composição de renda por meio dessa política pública..

Referências Bibliográficas

BATALHA, M.O. et al. **Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional**. Jaboticabal: Editora Novos Talentos, 2005.

BEGNIS, H. S.; FÁTIMA, B. V.; SILVA, T. N.. **Formação e qualificação de capital humano para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil**. revista Gepec, v. 85903, p. 000, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação Superior. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. Brasília, 2005b.

BRASIL, Ministério da Educação. Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia. Brasília, 2010b.

FOLTZ, J. et al. Introductory and capstone undergraduate courses. In: BOLAND, M;

MASSUDA, J. J.. **Educação a distância e formação do profissional em agronegócio**. Repositório.cbc.ufms, 2012.

RINALDI, Rúbia Nara; BATALHA, Mário Otávio. **A expansão do ensino superior em agronegócios no brasil**. 2004.

RINALDI, N.R.; BATALHA, M.O.; MOURA, T.L.. **Pós-Graduação em Agronegócios no Brasil: situação atual e perspectivas**. RBPG, Brasília, v.4, n°7, p.141-158, julho de 2007.

ZULAUF, Monika et al. **Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes**. Sociologias, v. 8, n. 16, 2006.